



CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICAÇÃO DO
ANÚNCIO NO JOUE

**AQUISIÇÃO DE TRÊS MINIAUTOCARROS
ELÉTRICOS**

PROGRAMA DE PROCEDIMENTO

Ref.^a CPI 04/2025

MAIO DE 2025



REPÚBLICA
PORTUGUESA



Financiado pela
União Europeia
NextGenerationEU

**FUNDO
AMBIENTAL**

SECÇÃO I - DISPOSIÇÕES GERAIS

ARTIGO 1º

IDENTIFICAÇÃO DO PROCEDIMENTO

1. O presente procedimento segue a modalidade de Concurso Público com publicação de anúncio no Jornal Oficial da União Europeia, nos termos da alínea a) do nº 1 do Artigo 20º e 130.º, 131.º e seguintes do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017 de 31 de agosto, na sua atual redação dada pelo DL n.º 54/2023 de 14 de julho (doravante designado abreviadamente por CCP), e adota a seguinte designação: **CPI 04/2025 – Aquisição de três miniautocarros elétricos.**
2. O presente fornecimento encontra-se classificado com o código CPV principal 34114400-3: Mini-autocarros, no Vocabulário Comum para os Contratos Públicos, publicado pelo Regulamento (CE) n.º 2195/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 5 de novembro de 2002, alterado pelo Regulamento (CE) n.º 2151/2003, da Comissão, de 16 de dezembro de 2003, e pelo Regulamento (CE) n.º 213/2008, da Comissão, de 28 de novembro de 2007, publicado no Jornal Oficial da União Europeia, n.º L 74, de 15 de março de 2008.

ARTIGO 2º

OBJETO DO CONCURSO

O presente concurso tem por objeto a **“Aquisição de três miniautocarros elétricos”** nos seguintes termos, e de acordo com as cláusulas técnicas descritas na parte II do Caderno de Encargos.

ARTIGO 3º

ENTIDADE ADJUDICANTE

A entidade pública contratante é a VITRUS AMBIENTE, Empresa Municipal., S.A., doravante designada por VITRUS, com sede na Avenida Cónego Gaspar Estação, n.º 606, 4810-266, Guimarães, com os números de telefone 253424740, fax 253424749, com o endereço eletrónico contratacao publica@vitrusambiente.pt e plataforma de contratação Acingov, acessível através do sítio eletrónico <http://www.acingov.pt>.

ARTIGO 4º

ÓRGÃO COMPETENTE PARA A DECISÃO DE CONTRATAR

A decisão de contratar foi tomada no dia da assinatura eletrónica do presente programa de procedimento, nos termos do art.º 36º do CCP, por despacho do Administrador Executivo, no exercício das competências que lhe foram delegadas na reunião do Conselho de Administração da VITRUS de 28 de outubro de 2021.

www.vitrusambiente.pt

Avenida Cónego Gaspar Estação, nº606 Oliveira do Castelo 4810-266 Guimarães

T: +351 253424740 F: +351 253424749 geral@vitrusambiente.pt

ARTIGO 5º

FUNDAMENTAÇÃO DA ESCOLHA DO CONCURSO PÚBLICO

1. Verifica-se a necessidade de adquirir três miniautocarros, no âmbito do projeto de investimento candidatura n.º 106, designado Serviço Público de Transporte de Passageiros Flexível no Município de Guimarães, apresentada ao Investimento RP-C21-i12 – Medida Reforçada: Descarbonização dos Transportes Públicos, nos termos do AAC n.º 01/C21-i12/2024, enquadrado na Componente C21 do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR).
2. A satisfação da identificada necessidade exige o recurso a um operador económico a atuar no mercado concorrencial, dada a impossibilidade da VITRUS assegurar a sua realização por via dos recursos próprios afetos à sua organização.
3. A escolha do procedimento para a formação do contrato, em causa, baseia-se no valor do contrato a celebrar e fundamenta-se no disposto nas disposições conjugadas da alínea c) do n.º 1 e alínea d) do n.º 2, ambos do artigo 16.º, do disposto no artigo 18.º e da alínea a) do n.º 1 do artigo 20.º do CCP.
4. De acordo com a alínea b) do n.º 1 do artigo 46.º-A do CCP, não serão utilizados lotes, atendendo a que, por motivos técnicos e funcionais, se revelar mais eficiente para a entidade adjudicante a gestão de um único contrato.

ARTIGO 6º

CONCORRENTES

1. É concorrente a entidade, pessoa singular ou coletiva, que participa neste procedimento mediante a apresentação de uma proposta.
2. Podem ser concorrentes as entidades que não se encontrem em nenhuma das situações referidas no artigo 55.º do CCP e que tenham por objeto social o desenvolvimento de atividades que integrem o objeto do concurso.
3. Poderão ainda os interessados apresentar-se em conjunto com outras entidades, sem que entre elas exista qualquer modalidade jurídica de associação, desde que todas as entidades em questão possuam condições legais adequadas ao exercício de atividade compatível com o objeto do Concurso.
4. Os membros de um agrupamento concorrente não podem ser concorrentes no mesmo procedimento, nos termos do disposto no artigo 54.º do CCP, nem integrar outro agrupamento concorrente.
5. Todos os membros de um agrupamento concorrente são solidariamente responsáveis, perante a VITRUS, pela manutenção da proposta.
6. Em caso de adjudicação, todos os membros do agrupamento concorrente e apenas estes, devem associar-se, antes da celebração do contrato na modalidade de consórcio, nos termos do disposto nos artigos 1.º a 20.º do Decreto-Lei n.º 231/81, de 28 de julho.

www.vitrusambiente.pt

Avenida Cónego Gaspar Estação, nº606 Oliveira do Castelo 4810-266 Guimarães

T: +351 253424740 F: +351 253424749 geral@vitrusambiente.pt

7. O contrato de consórcio deve indicar a empresa que exercerá as funções de chefe de consórcio, único e comum interlocutor responsável perante a VITRUS, devendo ser-lhe conferidos no mesmo ato por procuração, os poderes a que referem as alíneas a), b), c), d) do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 231/81, de 28 de julho.

ARTIGO 7º

PEÇAS DO PROCEDIMENTO

1. As peças do presente procedimento são as seguintes:
 - 1.1. Anúncio no Diário da República;
 - 1.2. Anúncio no Jornal Oficial da União Europeia;
 - 1.3. O Programa de Procedimento e seus anexos;
 - 1.4. O Caderno de Encargos e seus anexos.

ARTIGO 8º

CONSULTA E DISPONIBILIZAÇÃO DAS PEÇAS DO PROCEDIMENTO

1. As peças do procedimento estão integralmente disponibilizadas na plataforma eletrónica de contratação pública acingov, acessível através do sítio eletrónico <http://www.acingov.pt>.
2. Sem prejuízo do disposto na alínea anterior, o Programa de Procedimento e o Caderno de Encargos, estão disponíveis na sede da VITRUS, na morada indicada no artigo 3.º do presente programa de procedimento, para consulta dos interessados, durante as horas de expediente (das 10h às 16 h), desde o dia da publicação do respetivo anúncio no Diário da República até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, mediante pedido de marcação através da plataforma.
3. O acesso à referida plataforma eletrónica é gratuito e permite efetuar a consulta do procedimento.
4. O *download* das peças do procedimento não constitui, em caso algum, condição de participação no mesmo.
5. Quando, por qualquer motivo, não seja cumprido o disposto no n.º 1, o prazo fixado para a apresentação das propostas deve ser prorrogado, a pedido dos interessados, no mínimo por período equivalente ao do atraso verificado.
6. A decisão de prorrogação prevista no número anterior deve ser junta às peças do procedimento e notificados todos os interessados que as tenham solicitado, publicando-se imediatamente aviso daquela decisão.

ARTIGO 9º

ESCLARECIMENTOS ÀS PEÇAS DO PROCEDIMENTO

1. Os interessados podem solicitar, através da plataforma eletrónica de contratação pública Acingov, esclarecimentos relativos à boa compreensão e interpretação das peças do

www.vitrusambiente.pt

Avenida Cónego Gaspar Estação, nº606 Oliveira do Castelo 4810-266 Guimarães

T: +351 253424740 F: +351 253424749 geral@vitrusambiente.pt

procedimento, por escrito, até ao último dia correspondente ao fim do primeiro terço do prazo fixado para a apresentação de propostas.

2. Os esclarecimentos a que se refere o número anterior são prestados através da plataforma eletrónica de contratação pública Acingov, por escrito, pelo júri do concurso, no uso das competências delegadas pelo Administrador Executivo, até ao termo do segundo terço do prazo fixado para apresentação das propostas.
3. Os esclarecimentos referidos nos números anteriores serão disponibilizados pela entidade adjudicante, na referida plataforma eletrónica e juntos às peças do procedimento que se encontrem patentes para consulta, sendo todos os interessados notificados imediatamente, de acordo com o artigo 50.º do CCP.
4. Os esclarecimentos fazem parte integrante das peças do concurso a que dizem respeito e prevalecem sobre estas em caso de divergência.

ARTIGO 10º

ERROS E OMISSÕES

1. No primeiro terço do prazo fixado para a apresentação de propostas, os interessados podem apresentar ao órgão competente para a decisão de contratar, através da plataforma eletrónica Acingov, uma lista que identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e omissões das peças do procedimento por si detetados.
2. Até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, o órgão competente para a decisão de contratar pronuncia-se sobre os erros e omissões identificados pelos interessados, considerando-se rejeitados todos os que, até ao final daquele prazo, não sejam por ele expressamente aceites.
3. A pronúncia sobre os erros e omissões referidos nos números anteriores será disponibilizada pela entidade adjudicante, na referida plataforma eletrónica e juntos às peças do procedimento que se encontrem patentes para consulta, sendo todos os interessados notificados imediatamente, de acordo com o artigo 50.º do CCP.
4. As retificações fazem parte integrante das peças do concurso a que dizem respeito e prevalecem sobre estas em caso de divergência.

ARTIGO 11º

PREÇO BASE

1. O preço base do procedimento é o montante máximo que a VITRUS se dispõe a pagar pelo fornecimento das viaturas objeto do concurso, acrescido de IVA à taxa legal aplicável.
2. O valor base foi fixado com fundamento em critérios objetivos, tais como os preços atualizados do mercado obtidos através de consulta preliminar prevista no artigo 35.º-A do CCP.
3. O preço contratual máximo encontra-se definido na cláusula 14.ª do Caderno de Encargos.

www.vitrusambiente.pt

Avenida Cónego Gaspar Estação, nº606 Oliveira do Castelo 4810-266 Guimarães

T: +351 253424740 F: +351 253424749 geral@vitrusambiente.pt

ARTIGO 12º

ASSINATURA ELETRÓNICA DOS DOCUMENTOS

1. Todos os documentos submetidos na plataforma eletrónica em qualquer momento do processo, deverão ser assinados pelo(s) seu(s) representante(s) que tenha(m) poderes para obrigar, de acordo com o estabelecido no n.º 4 do artigo 57.º do CCP, devendo cumprir com o disposto nas alíneas seguintes:
 - 1.1. Todos os documentos submetidos na plataforma deverão ser assinados digitalmente, através de uma assinatura eletrónica qualificada, de acordo com o estabelecido na Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.
 - 1.2. Cada documento deverá ser individualizado e deverá ter a aposição de assinatura eletrónica qualificada, ou seja, em cada um dos documentos eletrónicos e autónomos, que sejam submetidos, de acordo com o estipulado n.º 5 do artigo 54.º da Lei 96/2015, de 17 de agosto.
 - 1.3. Nos casos em que o certificado digital não possa relacionar o assinante com a sua função e poder de assinatura, deve a entidade interessada submeter à plataforma eletrónica um documento eletrónico oficial indicando o poder de representação e a assinatura do assinante nos termos do disposto no n.º 7, do artigo 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.
 - 1.4. A assinatura de pastas zipadas ou compactadas não equivale à assinatura dos documentos nelas contidos e não preclude a exigência inscrita na al. a) e b) do presente normativo.
 - 1.5. Os documentos eletrónicos emitidos por entidades terceiras competentes para a sua emissão, designadamente, certidões, certificados ou atestados, devem ser assinados com recurso a certificados qualificados de assinatura eletrónica das entidades competentes ou dos seus titulares, não carecendo de nova assinatura por parte do adjudicatário que os submetem.
 - 1.6. Os documentos que sejam cópias eletrónicas de documentos físicos originais emitidos por entidades terceiras, podem ser assinados com recurso a certificados qualificados de assinatura eletrónica de quem o submeta, atestando a sua conformidade com o documento original.

SECÇÃO II - PROPOSTA

ARTIGO 13º

PRAZO E MODO PARA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS

1. A apresentação das propostas e dos documentos que as acompanham deverá ser realizada exclusivamente de forma eletrónica, devendo cumprir com o disposto nas alíneas seguintes:

www.vitrusambiente.pt

Avenida Cónego Gaspar Estação, nº606 Oliveira do Castelo 4810-266 Guimarães

T: +351 253424740 F: +351 253424749 geral@vitrusambiente.pt

- 1.1. A data limite de entrega de proposta é até às **17:00:00 horas, do 30.º dia**, a contar da data de envio do anúncio do presente concurso para o Serviço das Publicações Oficiais da União Europeia.
- 1.2. A entrega das propostas do presente concurso público será efetuada na plataforma de contratação pública acessível no sítio eletrónico <http://www.acingov.pt>.
2. O interessado deverá possuir um pacote de selos temporais e certificado de assinatura digital qualificada.

ARTIGO 14º

PROPOSTA E DOCUMENTOS QUE A CONSTITUEM

1. Os concorrentes deverão fazer acompanhar as suas propostas, dos documentos seguintes, sob pena de exclusão, elaborados nos termos previstos no CCP, designadamente em conformidade com o artigo 57.º do CCP:
 - 1.1. **Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP)**, disponível em <http://www.base.gov.pt/deucp/response/eo/procedure>, cuja assinatura pode ser dispensada, se a autenticidade e integridade for garantida pela assinatura necessária ao meio de transmissão utilizado, designadamente, se a o acesso à plataforma exigir uma autenticação eletrónica, nos termos do Regulamento de Execução (UE) 2016/7 da COMISSÃO, de 5 de janeiro de 2016, que estabelece o formulário-tipo do Documento Europeu Único de Contratação Pública. Quando a proposta seja apresentada por um agrupamento concorrente, deve ser apresentado um DEUCP distinto por cada um dos membros que integram o agrupamento;
 - 1.2. **Declaração de aceitação do conteúdo do Caderno de Encargos**, elaborada em conformidade com o modelo constante do Anexo I do Código dos Contratos Públicos, na redação dada pela Lei n.º 30/2021, de 21 de maio, devidamente assinada pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar (**Anexo I do Programa de procedimento**);
 - 1.3. Declaração de Independência da Proposta elaborada em conformidade com o **Anexo III ao presente programa de procedimento**, devidamente assinada pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar.
 - 1.4. Proposta de preço, de acordo com o **Anexo IV do presente Programa de Procedimento**, devidamente assinada pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar;
 - 1.5. **Catálogo(s), desenhos cotados ou documentos** que incluam as características técnicas dos miniautocarros elétricos, de acordo com o exigido nas especificações técnicas do caderno de encargos, devidamente assinado pelo concorrente ou representante com poderes para obrigar.

- 1.6. **Certidão do registo comercial (certidão permanente) ou código de acesso à mesma**, com todas as inscrições em vigor, ou documento equivalente;
 - 1.7. No caso de não ser possível aferir os poderes do(s) assinante(s) para vincular a empresa deve ainda ser entregue um documento que permita verificar os poderes de assinatura do(s) mesmo (s) (procuração ou documento equivalente);
 - 1.8. Documentos facultativos que o concorrente apresente por os considerar indispensáveis e que contenham os atributos da proposta, de acordo com os quais o concorrente se dispõe a contratar.
2. A VITRUS pode, a qualquer momento, exigir a apresentação de documentos comprovativos das declarações prestadas pelo concorrente.
 3. Quando a proposta seja apresentada por um agrupamento concorrente, os documentos referidos no nº 1 do presente artigo deve ser assinada pelo representante comum dos membros que o integram, caso em que devem ser juntos à declaração os instrumentos de mandato emitidos por cada um dos seus membros ou respetivos representantes.
 4. Para os efeitos previstos no Regulamento Geral de Proteção de Dados, as entidades concorrentes consentem na utilização dos dados que apresentem, para os efeitos específicos e únicos do presente procedimento.

ARTIGO 15º

IDIOMA DOS DOCUMENTOS QUE CONSTITUEM A PROPOSTA

Os documentos que constituem a proposta serão obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa ou, não o sendo, devem ser acompanhados de tradução devidamente legalizada e em relação à qual o concorrente declara aceitar a sua prevalência, para todos os efeitos sobre os respetivos originais, salvo no que respeita a documentação de carácter eminentemente técnico nomeadamente catálogos, certificados, manuais técnicos e similares, que podem ser apresentados em língua inglesa ou espanhola.

ARTIGO 16º

PREÇOS DA PROPOSTA

1. Os preços contantes da proposta deverão ser indicados em algarismos e não devem incluir o IVA.
2. Quando os preços constantes da proposta forem também indicados por extenso, em caso de divergência, estes prevalecem, para todos os efeitos, sobre os indicados em algarismo.
3. Sempre que na proposta sejam indicados vários preços, em caso de qualquer convergência entre eles, prevalecem sempre, para todos os efeitos, os preços parciais, unitários ou não, mais decompostos.

ARTIGO 17º

www.vitrusambiente.pt

Avenida Cónego Gaspar Estação, nº606 Oliveira do Castelo 4810-266 Guimarães

T: +351 253424740 F: +351 253424749 geral@vitrusambiente.pt

CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO

1. A adjudicação será efetuada, de acordo com o critério da proposta economicamente mais vantajosa, através da modalidade monofator, designadamente o preço da proposta, enquanto único aspeto da execução do contrato a celebrar, de acordo com a alínea b), n.º 1, artigo 74.º do CCP.
2. A ordenação das propostas será efetuada de forma decrescente e obtida da aplicação do critério de adjudicação.

ARTIGO 18º

CRITÉRIO DE DESEMPATE

Aplicado o critério de adjudicação referido no artigo anterior, em caso de empate, para efeito de ordenação das propostas, será realizado sorteio, conduzido pelo Júri do procedimento, na presença dos concorrentes, em data, hora e local a comunicar com a antecedência mínima de 3 (três) dias úteis, através da plataforma eletrónica utilizada pela VITRUS. O sorteio realizar-se-á através de extração de cupões de saco opaco com a designação dos Concorrentes admitidos cujas propostas apresentam o mesmo preço. A ordem de extração dos cupões corresponderá à ordenação das respetivas propostas dos Concorrentes admitidos.

ARTIGO 19º

PROPOSTAS COM VARIANTES

Não é admitida a apresentação pelos concorrentes de proposta(s) variante(s), considerando-se como tal, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 59.º do Código dos Contratos Públicos, a(s) proposta(s) que, relativamente a um ou mais aspetos da execução do contrato a celebrar, contenham atributos que digam respeito a condições contratuais alternativas.

ARTIGO 20º

NEGOCIAÇÃO

A proposta apresentada não será objeto de negociação.

ARTIGO 21º

PRAZO DE MANUTENÇÃO DAS PROPOSTAS

O prazo de obrigação de manutenção das propostas é de **90 (noventa) dias** contados da data do termo do prazo fixado para a sua apresentação.

ARTIGO 22º

www.vitrusambiente.pt

Avenida Cónego Gaspar Estação, nº606 Oliveira do Castelo 4810-266 Guimarães

T: +351 253424740 F: +351 253424749 geral@vitrusambiente.pt

PRORROGAÇÃO DO PRAZO FIXADO PARA A APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

1. Quando as retificações ou os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do concurso sejam comunicados para além do prazo estabelecido para o efeito, o prazo fixado para a apresentação das propostas deve ser prorrogado, no mínimo, por período equivalente ao atraso verificado.
2. Quando as retificações das peças do concurso se verificarem por iniciativa da VITRUS, (independentemente do momento da sua comunicação ou por aceitação de erros ou omissões do Caderno de Encargos detetados por qualquer interessado) e implicarem alterações de aspetos fundamentais das peças do concurso, o prazo para a entrega das propostas deve ser prorrogado, no mínimo por período equivalente ao tempo decorrido desde o início daquele até à comunicação das retificações ou à publicação da decisão proferida quanto a erros e/ou omissões.

ARTIGO 23º

RETIRADA DA PROPOSTA

1. Até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, os interessados que já as tenham apresentado podem retirá-las, bastando para o efeito comunicarem tal facto à VITRUS.
2. O exercício da faculdade prevista no número anterior não prejudica o direito de apresentação de nova proposta dentro daquele prazo.

ARTIGO 24º

CLASSIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS DA PROPOSTA

1. Por motivos de segredo comercial, industrial, militar ou outro, os interessados podem requerer, até ao termo do primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, a classificação, nos termos da lei, de documentos que constituem a proposta, para efeitos da restrição ou da limitação do acesso aos mesmos na medida do estritamente necessário.
2. O disposto no número anterior rege-se pelo estabelecido no artigo 66.º do CCP.

SECÇÃO III - ANÁLISE E AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS

ARTIGO 25º

LISTA DE CONCORRENTES

1. O Júri, no dia imediato ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, procede à publicitação da lista de concorrentes na plataforma acingov.
2. O interessado que não tenha sido incluído na lista dos concorrentes pode reclamar desse facto, no prazo de três dias contados da publicitação da lista, devendo para o efeito apresentar comprovativo da tempestiva apresentação da sua proposta.

3. Caso a reclamação prevista no número anterior seja deferida, mas não se encontre a proposta do reclamante, o Júri fixa-lhe um novo prazo para a apresentar, sendo possível, com as necessárias adaptações, o disposto nos n.ºs 1 e 2.

ARTIGO 26º

ANÁLISE DAS PROPOSTAS

1. A análise das propostas incidirá sobre o teor dos documentos apresentados e a sua avaliação será efetuada de acordo com o critério de adjudicação estabelecido no artigo 17.º, do presente Programa de Procedimento.
2. São excluídas as propostas cuja análise revele qualquer dos fundamentos de exclusão previstos no n.º 2 dos artigos 146.º e 70.º do CCP ou violem o disposto na Lei 96/2015, de 17 de agosto.
3. Constitui igualmente causa de exclusão o incumprimento de qualquer das condições fixadas no presente Programa de procedimento.
4. As propostas de cuja análise resulte a verificação de qualquer causa de exclusão, não serão objeto de avaliação.

ARTIGO 27º

ESCLARECIMENTOS SOBRE AS PROPOSTAS

1. O júri do concurso pode pedir aos concorrentes quaisquer esclarecimentos sobre as propostas apresentadas que considere necessários para o efeito da análise e da avaliação das mesmas.
2. Os esclarecimentos prestados pelos respetivos concorrentes fazem parte integrante das mesmas, desde que não contrariem os elementos constantes dos documentos que as constituem, não alterem ou completem os respetivos atributos, nem visem suprir omissões que determinaram a exclusão nos termos do artigo 26º do presente programa de procedimento.
3. Os esclarecimentos referidos no número anterior devem ser disponibilizados na plataforma eletrónica utilizada pela VITRUS, devendo todos os concorrentes ser imediatamente notificados desse facto.

ARTIGO 28º

RELATÓRIO PRELIMINAR

1. Após a análise das propostas, o júri elabora fundamentadamente um relatório preliminar, no qual propõe a ordenação das mesmas, após a operacionalização do critério de adjudicação.
2. No relatório preliminar a que se refere o número anterior, o júri deve também propor fundamentadamente a exclusão de propostas e fazer referência aos esclarecimentos prestados pelos concorrentes nos termos do disposto no artigo 27.º do presente Programa de procedimento.

3. Caso se verifique que uma ou mais propostas ficam graduadas na primeira posição na ordenação para efeitos de adjudicação, a ordenação final das propostas resultará da aplicação do critério de desempate.

ARTIGO 29º

AUDIÊNCIA PRÉVIA

Após elaboração do relatório preliminar, o júri procede ao envio a todos os concorrentes do mesmo para, no prazo de **5 (cinco) dias úteis**, se pronunciarem, por escrito através da plataforma eletrónica, ao abrigo do direito de audiência prévia, nos termos do artigo 147.º do CCP.

ARTIGO 30º

RELATÓRIO FINAL

1. Cumprida a formalidade de audiência prévia, o júri elabora um relatório final fundamentado, no qual pondera as observações dos concorrentes eventualmente registadas, mantendo ou modificando o teor e as conclusões do relatório preliminar, podendo ainda propor a exclusão de qualquer proposta se verificar, nesta fase, a ocorrência de qualquer dos motivos previstos no n.º 2, do artigo 146.º do CCP.
2. No caso de se verificar a exclusão de qualquer proposta bem como do relatório final resulte uma alteração da ordenação das propostas constante do relatório preliminar, o júri procede a nova audiência prévia, nos termos previstos no artigo anterior, sendo subsequentemente aplicável o disposto no número anterior
3. O relatório final, juntamente com os demais documentos que compõem o processo de concurso, é enviado ao órgão competente para a decisão de contratar.
4. Cabe ao órgão competente para a decisão de contratar decidir sobre a aprovação de todas as propostas contidas no relatório final, nomeadamente para efeitos de adjudicação.

SECÇÃO IV - ADJUDICAÇÃO

ARTIGO 31º

DEVER DE ADJUDICAÇÃO

A adjudicação é o ato pelo qual o órgão competente para a decisão de contratar aceita a única proposta ou escolhe uma de entre as apresentadas.

ARTIGO 32º

NOTIFICAÇÃO DA DECISÃO DE ADJUDICAÇÃO

www.vitrusambiente.pt

Avenida Cónego Gaspar Estação, nº606 Oliveira do Castelo 4810-266 Guimarães

T: +351 253424740 F: +351 253424749 geral@vitrusambiente.pt

1. A decisão de adjudicação é notificada, em simultâneo, a todos os concorrentes até ao termo do prazo da obrigação de manutenção das propostas, nos termos do artigo 76.º do CCP.
2. Juntamente com a notificação da decisão de adjudicação, o órgão competente para a decisão de contratar notifica o(s) adjudicatário(s) para:
 - 2.1. Apresentar os documentos de habilitação exigidos no artigo 33.º do Programa de procedimento;
 - 2.2. Prestar caução, indicando expressamente o seu valor;
 - 2.3. Confirmar o prazo para o efeito fixado, se for o caso, os compromissos assumidos por terceiras entidades relativos a atributos ou a termos ou condições da proposta adjudicada;
 - 2.4. Se pronunciar sobre a minuta do contrato, quando este for reduzido a escrito;
 - 2.5. Confirmar no prazo para o efeito fixado, se for o caso, a constituição da sociedade comercial, de acordo com os requisitos fixados nas peças do procedimento e os termos da proposta adjudicada.
3. A notificação referida no n.º 1 é acompanhada do relatório final de análise das propostas.

SECÇÃO V - HABILITAÇÃO E CAUÇÃO

ARTIGO 33º

DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

1. Para efeitos de contratação o adjudicatário deverá apresentar, através da plataforma eletrónica de contratação pública Acingov, **no prazo de 5 (cinco) dias úteis**, sob pena da adjudicação caducar, reprodução dos seguintes documentos:
 - 1.1. **Declaração emitida conforme modelo constante do Anexo II** do presente programa de procedimento, que corresponde ao Anexo II do CCP (já com as alterações previstas no artigo 23.º da Lei n.º 30/2021 de 21 de maio), devidamente assinada pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para obrigar, que faz parte integrante do programa do procedimento;
 - 1.2. **Documento comprovativo da regularização da situação contributiva** para com a segurança social portuguesa, emitido pelo Instituto da Segurança Social, I.P., ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal;
 - 1.3. **Declaração comprovativa da situação tributária regularizada**, emitida pelo serviço de finanças do domicílio ou sede do contribuinte em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal;
 - 1.4. **Documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), e h) do artigo 55.º do CCP**, designadamente, certificado de registo criminal ou, na sua falta, documento equivalente emitido pela autoridade judicial ou administrativa competente;

- 1.5. **Comprovativo do Registo Central do Beneficiário Efetivo** e/ou código de acesso online para consulta eletrónica;
- 1.6. **Plano de prevenção de corrupção e de infrações conexas**, salvo se este for uma pessoa singular ou uma micro, pequena ou média empresa, devidamente certificada nos termos da lei.
- 1.7. **Declaração de inexistência de conflitos de interesse e inexistência de conluio (Anexo V** do presente programa de procedimento), devidamente assinado pelo concorrente ou representante com poderes para obrigar.
2. O órgão competente para a decisão de contratar pode sempre solicitar ao adjudicatário, ainda que tal não conste no programa de procedimento, a apresentação de quaisquer documentos comprovativos da titularidade das habilitações legalmente exigidas para a execução das prestações objeto do contrato a celebrar, fixando-lhe um prazo para o efeito.

ARTIGO 34º

IDIOMA E MODO DE APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

1. Todos os documentos de habilitação do Adjudicatário devem ser redigidos em língua portuguesa.
2. Quando pela sua própria natureza ou origem, os documentos de habilitação estiverem redigidos em língua estrangeira, deve o adjudicatário fazê-los acompanhar de tradução devidamente legalizada.
3. O adjudicatário deve apresentar os documentos de habilitação no prazo máximo de **5 (cinco) dias úteis**, a contar da data de envio da notificação da decisão de adjudicação.
4. A pedido do adjudicatário, o prazo fixado no número anterior para apresentação dos documentos de habilitação pode ser prorrogado, por uma única vez, pelo período máximo de 5 (cinco) dias úteis.
5. O adjudicatário deve apresentar reprodução dos documentos referidos no artigo anterior através da plataforma eletrónica em que decorre o procedimento.
6. Quando os documentos a que se referem os n.ºs 1.2. a 1.5. do artigo anterior se encontrem disponíveis na Internet, o adjudicatário pode, em substituição da apresentação da sua reprodução, indicar ao representante da VITRUS o endereço dos sítios onde aqueles podem ser consultados, bem como informação necessária a essa consulta, desde que os referidos sítio e documentos deles constantes estejam redigidos em língua portuguesa.
7. Quando o adjudicatário tenha prestado consentimento, nos termos da lei, para que a VITRUS consulte a informação relativa a qualquer dos documentos referidos nos n.ºs 1.2. a 1.5. do artigo anterior, é dispensada a sua apresentação nos termos do número do anterior, devendo, contudo, dar nota de que já foi prestado tal consentimento.

8. O órgão competente para a decisão de contratar pode sempre exigir ao Adjudicatário, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a apresentação dos originais de quaisquer documentos cuja reprodução tenha sido apresentada nos termos dispostos dos números anteriores, em caso de dúvida fundada sobre o conteúdo ou a autenticidade destes.
9. A supressão de irregularidades detetadas nos documentos apresentados, que possam levar à caducidade da adjudicação nos termos do preceituado no artigo 86.º do CCP, deve ocorrer no prazo de três dias úteis.
10. O órgão competente para a decisão de contratar notifica em simultâneo todos os concorrentes da apresentação dos documentos de habilitação pelo Adjudicatário, indicando o dia em que ocorreu essa apresentação.

ARTIGO 35º

APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO POR AGRUPAMENTOS

1. Quando o Adjudicatário for um agrupamento de concorrentes de pessoas singulares ou coletivas:
 - 1.1. Os documentos previstos nos n.ºs 1.2.; 1.3 e 1.5. do n.º 1 do artigo 33.º do Programa de procedimento e os registos criminais das empresas devem ser apresentados por todas as entidades que integram o agrupamento;
 - 1.2. Os documentos previstos nos n.ºs 1.1. e 1.6 do n.º 1 do artigo 33.º do Programa de Procedimento devem ser assinados pelo representante comum dos membros que o integram, caso em que devem ser juntos à declaração os instrumentos de mandato emitidos por cada um dos seus membros ou respetivos representantes, caso ainda não tenham sido apresentados, ou não existindo representante comum, devem ser assinados por todos os seus membros ou respetivos representantes;
 - 1.3. Devem ainda ser entregues os registos criminais de todos os titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência de cada uma das entidades que integram o agrupamento.

ARTIGO 36º

CAUÇÃO PARA GARANTIR O CUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÕES

1. O presente procedimento obriga a prestação de caução, considerando que o preço contratual é superior a 500.000,00 € (quinhentos mil euros), nos termos do descrito na alínea a), do n.º 2, do artigo 88.º do CCP.
2. A VITRUS, para garantir o exato e pontual cumprimento das suas obrigações, pode exigir ao Adjudicatário a prestação de caução no valor de 5% do montante total do contrato, com exclusão do IVA, nos termos do descrito no artigo 89.º do CCP.
3. O Adjudicatário deve comprovar que prestou a caução, de acordo com modelos em anexo.

4. A VITRUS pode considerar perdida a seu favor a caução prestada, independentemente de decisão judicial, nos casos de não cumprimento das obrigações legais, contratuais ou pré-contratuais pelo Adjudicatário.
5. O adjudicatário deve prestar a caução nos termos do art.º 90º CCP, sendo admissível por depósito em dinheiro ou mediante garantia bancária, conforme modelos em anexo.

ARTIGO 37º

NÃO APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

1. A adjudicação caduca se, por facto que lhe seja imputável, o adjudicatário não apresentar os documentos de habilitação:
 - 1.1. No prazo fixado no n.º 1 do artigo 33.º do Programa de Procedimento;
 - 1.2. No prazo fixado para a supressão de qualquer irregularidade;
 - 1.3. Os documentos não se encontrarem redigidos em língua portuguesa ou, não sejam acompanhados de tradução devidamente legalizada.
2. Nos casos previstos nos números anterior o órgão competente para a decisão de contratar deve adjudicar a proposta ordenada em lugar subsequente.

SECÇÃO VI - CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

ARTIGO 38º

REDUÇÃO DO CONTRATO A ESCRITO

O contrato será, nos termos do artigo 94.º do CCP, reduzido a escrito, através da elaboração de um clausulado em suporte informático com a aposição de assinaturas eletrónicas.

ARTIGO 39º

APROVAÇÃO E RECLAMAÇÕES DA MINUTA DE CONTRATO

1. A minuta do contrato a celebrar e os ajustamentos propostos consideram-se aceites pelo adjudicatário quando haja aceitação expressa ou quando não haja reclamação nos cinco dias subsequentes à respetiva notificação.
2. As reclamações à minuta do contrato só podem ter por fundamento a previsão de obrigações que contrariem ou que não constem dos documentos que integram o caderno de encargos e a proposta nos termos legais ou ainda a recusa dos ajustamentos propostos.
3. No prazo de 10 dias a contar da receção da reclamação, o órgão que aprovou a minuta do contrato notifica o adjudicatário da sua decisão, equivalendo o silêncio à rejeição da reclamação.
4. Decorrido o prazo fixado no número anterior sem que o órgão que aprovou a minuta do contrato se pronuncie sobre a reclamação apresentada, considera-se que a mesma foi indeferida.

ARTIGO 40º

OUTORGA DO CONTRATO

1. A eventual outorga do contrato terá lugar no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da aceitação da minuta ou da decisão sobre a reclamação, sem prejuízo do disposto no n.º 1 do artigo 104.º do CCP.
2. A VITRUS comunica ao adjudicatário, com antecedência mínima de 3 (três) dias úteis do prazo para a outorga e remessa do contrato.
3. A data para outorga do contrato poderá ainda ser fixada por acordo das partes, dispensando a formalidade indicada em 2.

ARTIGO 41º

NÃO OUTORGA DO CONTRATO

6. A adjudicação caduca se, por facto que lhe seja imputável, o adjudicatário não remeter o contrato assinado no prazo fixado para o efeito, bem como, no caso de o Adjudicatário ser um agrupamento, se os seus membros não se tiverem associado nos termos previstos na lei.
7. Nos casos previstos no número anterior, deve o órgão competente para a decisão de contratar adjudicar a proposta ordenada em lugar subsequente.
8. Se, por facto que lhe seja imputável, a VITRUS não outorgar o contrato no prazo previsto, o Adjudicatário pode desvincular-se da proposta, sem prejuízo do direito a ser indemnizado por todas as despesas e demais encargos em que comprovadamente incorreu com a elaboração da proposta.
9. No caso previsto no número anterior, o Adjudicatário pode, em alternativa, exigir judicialmente a celebração do contrato.

SECÇÃO VII - DISPOSIÇÕES FINAIS

ARTIGO 42º

PROVA DE DECLARAÇÕES

1. A Entidade Adjudicante pode, a qualquer momento, exigir a apresentação de documentos comprovativos das declarações prestadas pelos concorrentes.
2. A não apresentação pelo concorrente ou adjudicatário dos documentos solicitados ao abrigo do disposto no presente artigo, por motivo que lhe seja imputável, determina, para além da exclusão do procedimento ou da anulação da adjudicação, consoante o caso, a impossibilidade de, durante dois anos, concorrer a procedimentos abertos pela Entidade Adjudicante.

ARTIGO 43º

FALSIDADE DE DOCUMENTOS E DE DECLARAÇÕES

www.vitrusambiente.pt

Avenida Cónego Gaspar Estação, nº606 Oliveira do Castelo 4810-266 Guimarães

T: +351 253424740 F: +351 253424749 geral@vitrusambiente.pt

Sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento penal, a falsificação de documentos ou a prestação culposa de falsas declarações determina, consoante o caso, a respetiva exclusão ou a invalidade da adjudicação e dos atos subsequentes.

ARTIGO 44º

NOTIFICAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Todas as notificações e comunicações entre a VITRUS, o júri do concurso e os interessados, na fase de formação do contrato, serão efetuadas através da referida plataforma eletrónica nos termos dos artigos 467.º a 469.º do CCP.

ARTIGO 45º

ENCARGOS DO CONCORRENTE

1. São encargos do concorrente as despesas inerentes à elaboração da proposta, incluindo as de prestação de caução, se aplicável.
2. As despesas e encargos inerentes à redução do contrato a escrito são, de harmonia com o disposto no artigo 94.º do CCP, da responsabilidade da entidade adjudicante, com exceção dos impostos legalmente devidos pelo adjudicatário.

ARTIGO 46º

LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

1. As normas do programa de procedimento prevalecem sobre quaisquer indicações constantes dos anúncios com elas desconformes.
2. A tudo o que não esteja especialmente previsto no presente programa de procedimento, aplica-se o disposto no Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017, 31 de agosto, na sua atual redação dada pelo DL n.º 54/2023, de 14 de julho, e demais legislação em vigor.

ANEXOS:

- **Anexo I** – Modelo de Declaração de aceitação do conteúdo do Caderno de Encargos, elaborada em conformidade com o modelo constante do Anexo I do CCP, na redação dada pela Lei n.º 30/2021, de 21 de maio;
- **Anexo II** – Modelo de Declaração a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81º do CCP (na redação dada pela Lei n.º 30/2021, de 21 de maio);
- **Anexo III** – Modelo de Declaração de independência da proposta;
- **Anexo IV** – Modelo da proposta de preço;

- **Anexo V** - Modelo de declaração de inexistência de conflitos de interesses e inexistência de conluio
- **Anexo VI** – Modelo de Guia de depósito bancário.
- **Anexo VII** – Modelo de garantia/seguro caução.
- **Caderno de Encargos** - elaborado no âmbito do art.º 42.º do CCP;
- **Anúncio no Diário da República;**
- **Anúncio no Jornal Oficial da União Europeia.**

Pelo Administrador Executivo,

(Dr. João Pedro de Oliveira Martins Castro)

ANEXO I

Modelo de declaração

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º]

1 (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa) e, se for o caso, do caderno de encargos do acordo –quadro aplicável ao procedimento, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 — Declara também que executa o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (3):

a)...

b)...

3 — Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 — Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

5 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 — Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código.

7 — O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (4)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n.os 2 e 3 do artigo 57.º

(4) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57 do CCP e no artigo 12.º do programa de procedimento.

ANEXO II

Modelo de declaração

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º]

1 —(nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)..... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

2 — O declarante junta em anexo [ou indica.....como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (3)] os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

..... (local),..... (data),..... [assinatura (5)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(5) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º do CCP e no artigo 12.º do programa de procedimento.

ANEXO III

Modelo de Declaração de Independência da Proposta

... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de ¹ ... (firma, número de identificação fiscal e sede, ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), concorrente ao procedimento CPI 04/2025 relativo à “Aquisição três miniautocarros elétricos”, lançado pela Vitrus Ambiente, E.M., S.A., declara, sob compromisso de honra, que:

1. A proposta apresentada no procedimento foi elaborada de forma independente e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro concorrente potencial ou de facto, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
2. Que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influenciar na decisão de qualquer outro concorrente potencial ou de facto em participar ou não no procedimento;
3. Que o conteúdo da proposta apresentada não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro concorrente potencial ou de facto antes da adjudicação do objeto do procedimento;
4. Que o conteúdo da proposta apresentada não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer membro integrante da entidade adjudicante antes da abertura oficial das propostas;
5. Que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração.

[(data), ... (assinatura eletrónica do(s) representante(s) legal(ais)(1))].

(1) Nos termos do disposto no Artigo 12.º do Programa de Procedimento

¹ Aplicável apenas aos concorrentes que sejam pessoas coletivas.

ANEXO IV

Modelo de Proposta de Preço

(Nome do concorrente), com sede na (morada do concorrente), pessoa coletiva n.º _____, obriga-se a fornecer as viaturas objeto do procedimento CPI 04/2025 relativo à “Aquisição três miniautocarros elétricos”, lançado pela Vitrus Ambiente, E.M., S.A., em conformidade com o Caderno de Encargos, pelo valor unitário por miniautocarro de _____ € (extenso) e pelo valor contratual global de _____ € (extenso), o qual não inclui o imposto sobre o valor acrescentado, englobando todas as despesas necessárias à execução integral do contrato, nos termos do disposto nos artigos 60.º e 97.º do Código dos Contratos Públicos, sendo consideradas as condições de pagamento de acordo com o estabelecido no Caderno de Encargos.

Os miniautocarros serão entregues no prazo máximo de _____ dias/meses contados a contar da entrada em vigor do contrato.

Mais declara que, no preço contratual acima indicado, estão incluídos todos os suprimentos de erros e omissões que tenham sido identificados e depois aceites pela Vitrus Ambiente, E.M., S.A., nos termos do disposto no artigo 50.º do Código dos Contratos Públicos.

Às quantias supramencionadas incidirá o imposto sobre o valor acrescentado à taxa legal em vigor.

A presente proposta é válida por 90 (noventa) dias, a contar da data do termo fixado para a apresentação das propostas.

Mais declara que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeita à execução do seu contrato, ao que se achar prescrito na legislação portuguesa em vigor.

Em anexo enviamos os documentos da proposta de acordo com o solicitado no programa de procedimento.

[(data), ... (assinatura eletrónica do(s) representante(s) legal(ais) (1)].

(1) Nos termos do disposto no Artigo 12.º do Programa de Procedimento.

ANEXO V

Modelo de declaração de inexistência de conflito de interesses e inexistência de conluio

... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal da (empresa, NIF, sede, e-mail), participando como entidade adjudicatária do procedimento de formação do contrato n.º CPI 04/2025 relativo à “Aquisição três miniautocarros elétricos”, lançado pela Vitrus Ambiente, E.M., S.A., declara não estar abrangido, na presente data, nem anteriormente, por quaisquer conflitos de interesses relacionados com o objeto ou com os participantes no procedimento em causa, nem por participar em qualquer tipo de conluio.

[(data), ... (assinatura eletrónica do(s) representante(s) legal(ais) (1)].

(1) Nos termos do disposto no Artigo 12.º do Programa de Procedimento.

ANEXO VI

Modelo de guia de depósito bancário

Euros.....€

Vai..... (nome do adjudicatário), com sede em
..... (morada), depositar na (sede,
filial, agência ou delegação) do Banco a quantia de
..... (por algarismos e por extenso) em dinheiro/em títulos
.....(eliminar o que não interessar), como caução exigida para a
“.....”, nos termos dos n.ºs 3 e 4
do artigo 90.^a do Código dos Contratos Públicos. Este depósito, sem reservas, fica à ordem da
(Entidade adjudicante) a quem deve ser remetido o respetivo conhecimento.

[Data e assinatura do(s) representante(s) legal(ais)]

ANEXO VII

Modelo de garantia bancária/seguro de caução

Garantia bancária/seguro caução n.º

Em nome e a pedido de (adjudicatário), vem o(a)
(instituição garante), pelo presente documento, prestar, a favor da (Entidade adjudicante),
uma garantia bancária/seguro-caução (eliminar o que não interessa), até ao montante de
..... (por algarismos e por extenso), destinada(o) a caucionar o integral
cumprimento das obrigações assumidas pelo(s) garantido(s) no âmbito da
“.....”, nos termos dos n. os
6 e 8 ou 7 e 8 (eliminar o que não interessa) do artigo 90.º do Código dos Contratos Públicos.

A presente garantia corresponde a ... % do preço contratual e funciona como se estivesse
constituída em moeda corrente, responsabilizando-se o garante, sem quaisquer reservas, por
fazer a entrega de toda e qualquer importância, até ao limite da garantia, logo que interpelado
por simples notificação escrita por parte da entidade beneficiária.

Fica bem assente que o banco/companhia de seguros (eliminar o que não interessa) garante,
no caso de vir a ser chamado(a) a honrar a presente garantia, não poderá tomar em
consideração quaisquer objeções do(s) garantido(s), sendo-lhe igualmente vedado opor à
entidade beneficiária quaisquer reservas ou meios de defesa de que o garantido se possa
valer face ao garante.

A presente garantia bancária permanece válida até que seja expressamente autorizada a sua
libertação pela entidade beneficiária, não podendo ser anulada ou alterada sem esse mesmo
consentimento e independentemente da liquidação de quaisquer prémios que sejam devidos.

[Data e assinatura do(s) representante(s) legal(ais)]